

Bloco de Notas

O islão pode ser criticado?

Sob o título “O islão é rebelde à livre crítica?”, a revista francesa “Panoramiques” propõe, no seu número 50, o confronto de duas visões: a de dez autores que se assumem como muçulmanos crentes, e a de outros dez não-crentes, de origem muçulmana ou não. A ideia surgiu a Halim Chergui, o director daquela publicação, quando viu um número de outra revista, “Islam de France”, que, como ele próprio explica no editorial, parecia feita por “muçulmanos dispostos a um diálogo racional”. No entanto, uma leitura mais atenta levou-o a concluir que, como a maioria dos muçulmanos franceses, também aqueles tendiam a acusar os não-crentes de atitudes racistas com o objectivo de “denegrir” o islão. Decidiu então propor-lhes a realização deste número conjunto. Chergui, pela sua parte, não esconde que trava uma luta contra o “islamicamente correcto” que, baseado numa má consciência ocidental e numa rejeição



da crítica por parte dos próprios muçulmanos, coloca o islão numa posição “privilegiada” ao abrigo de qualquer debate construtivo. ■

As escolas de pensamento dos EUA

Nos Estados Unidos existem actualmente três escolas de pensamento sobre política externa: a dos “controladores” (controllers), a dos “moduladores” (shapers) e a dos “abstencionistas” (abstainers). A divisão é explicada no número de Primavera da revista norte-americana “The National Interest”, por Charles William Maynes, presidente da Eurasia Foundation e antigo editor da “Foreign Policy”. Trata-se de três perspectivas distintas sobre qual deverá ser o papel a desempenhar pelos EUA no mundo e quais são as suas opções estratégicas. Os “controladores” defendem que a América deve usar o seu enorme poder não apenas para ser líder do sistema internacional, mas para o dominar – e uma dominação que, mesmo à custa de sacrifícios de dinheiro e sangue, deverá durar tanto quanto for possível. Os “moduladores” são mais prudentes no uso do poder e pensam que, por mais poderosa que seja hoje a América, precisa da ajuda de outros, pelo que deve agir em concertação com os seus aliados. Finalmente, os “abstencionistas” mostram-se convencidos de que a queda da União Soviética e os efeitos pacificadores da globalização significam uma diminuição das ameaças para a América, que pode assim reduzir o seu papel activo no mundo e confiar mais num equilíbrio mundial “natural”. ■



Quando Sharon teve poder

A “Revue d'études palestiniennes” retoma, no seu número da Primavera 2001, um texto do israelita Uriya Shavit publicado em Janeiro na edição inglesa do diário de Tel Aviv “Haaretz” sob o título “O bravo soldado Arik”. Shavit recorda 1981/82, “a primeira vez que [o actual primeiro-ministro] Ariel Sharon (na foto) esteve à frente de Israel”. Nessa altura ele era apenas ministro da Defesa, mas num governo em que “poucos membros tinham o sentido das questões militares e o chefe [Menahem Begin] estava cansado e doente”, Sharon tornou-se facilmente a personalidade dominante. Foi, aliás, de – e um carisma que lhe reconhecem – que arraa do Líbano. Inicial-
ração Paz na Galileia”



com essa mesma facilidade mesmo os seus inimigos raston o país para a guerra – a chamada “Operação Paz na Galileia” deveria ser rápida e as tropas israelitas entrariam apenas 40 quilómetros dentro do Líbano com o objectivo de criar uma zona-tampão para proteger as populações do Norte de Israel. Sharon tinha o apoio total dos israelitas, e a sua popularidade chegou a atingir os 59,6 por cento. Mas quando as coisas se complicaram, a operação militar começou a arrastar-se e o número de soldados israelitas mortos a aumentar, numa escalada que culminou com a ocupação de Beirute, Sharon tornou-se um homem cada vez mais isolado. O texto recorda a ascensão, queda e os erros de “Arik” – algo que muitos dos israelitas que o elegeram chefe de Governo parecem ter esquecido. ■

A “tirania centralizada” de Bruxelas

“As perspectivas para a Europa são hoje mais sombrias do que alguma vez desde 1945”. Quem o afirma é o americano Larry Siedentop, autor do livro “Democracy in Europe” – objecto de uma violenta crítica assinada por Andrew Moravcsik no último número da “Foreign Affairs”. Porque é que Siedentop tem uma visão tão pessimista do futuro da Europa? Segundo a leitura de Moravcsik, ele está preocupado com o espectro do “despotismo burocrático” de Bruxelas, que, como a sua “rápida acumulação de poder” está a transformar a União Europeia numa “tirania centralizada”. É preciso tomar medidas para contrariar esta tendência e, para Siedentop, a primeira medida deve ser a elaboração de uma constituição federal escrita que defina sem ambiguidades os direitos e responsabilidades da UE e dos governos locais e nacionais. O texto deve basear-se em três elementos culturais comuns: a religião, que deve ser a cristã; a língua, que deve ser o inglês; e uma cultura jurídico/legal partilhada, que deve ser a britânica. Na opinião de Moravcsik, Siedentop “mistura uma descrição muito pouco positiva e muitas vezes inexacta da integração europeia com a aplicação doutrinária de dogmas sociológicos e políticos de há dois séculos”. ■

Coordenação: Alexandra Prado Coelho